

Julieta Gandra



Faleceu a grande democrata Julieta Gandra (Maria Julieta Guimarães Gandra) que foi em 1964 escolhida pela “*Amnistia Internacional*” como “*Prisioneira de consciência do ano*”.

Prestamos homenagem à sua memória transcrevendo dois textos, o primeiro de Adolfo Rodrigues Maria, conhecido e prestigiado combatente pela liberdade em Angola, e o segundo da jornalista Diana Andringa.

A MORTE DE JULIETA GANDRA NÃO FOI NOTÍCIA

Por Adolfo Maria

Não foi notícia, na comunicação social portuguesa a morte de Julieta Gandra, a médica portuguesa incriminada pela PIDE em 1959 e condenada no primeiro julgamento político do nacionalismo angolano moderno, o chamado “processo dos cinquenta” onde a par de muitas militantes angolanas figuravam alguns portugueses como António Veloso, Calazans Duarte e Julieta Gandra, que foram deportados para cadeias em Portugal, tendo os angolanos sido deportados para Cabo Verde, onde ficaram internados no campo de concentração do Tarrafal que assim reabria as suas portas em 1960, agora para outros presos políticos, os angolanos.

O falecimento de Julieta Gandra não foi notícia para jornais, rádios ou televisões de Portugal. Apenas a SIC passou em rodapé uma breve informação. Outras pessoas, alguma de bem menor envergadura que J.Gandra preencheram o obituário da comunicação social portuguesa.

Nos anos 50 do século XX, Julieta Gandra, ginecologista (especialidade raríssima na Luanda de então) atendia no seu consultório da Baixa as clientes da sociedade colonial, tirando daí os seus proventos, e, nos musseques, atendia em modesto consultório, a preço simbólico, as mulheres desses bairros suburbanos. Simultaneamente participava em actividades do Cine-Clube e da Sociedade Cultural de Angola realizando também actividade política em organização clandestina do nacionalismo angolano. Por isso foi presa pela polícia do regime salazarista, condenada a pesada pena de prisão, internada em cadeias de Portugal. Quer nos interrogatórios da PIDE, quer nas cadeias, portou-se com uma dignidade exemplar. Em 1964 foi considerada a presa do ano pela Amnistia Internacional

Esta breve resenha da vida cívica de Julieta Gandra cabia em qualquer jornal ou bloco informativo de rádio ou televisão mas os profissionais da comunicação social,

sem brio nem remorsos, omitem uma curta e última referência a esta médica portuguesa que foi marco na luta pela liberdade da Mulher e dos Povos.

Lisboa, 10 de Outubro de 2007

Adolfo Maria

Amnistia Internacional

Núcleo de Almada

Segunda-feira, Junho 04, 2007

Julieta Gandra - Conspiradora de Esperança

Por Diana Andringa

Escolhida em 1964 pela Amnistia Internacional como "Prisioneira de Consciência do Ano", Julieta Gandra, médica, saíra da Cadeia do Forte de Caxias nos primeiros dias de Julho do ano seguinte, após 6 anos de prisão. A sua detenção ocorrera no Verão de 1959, em Luanda, Angola, onde vivia e exercia Medicina hospitalar.

A acusação de "conspirar contra a segurança externa do Estado" baseava-se em três acções concretas:

- 1 - ter feito uma doação de 500 escudos ao Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA;
- 2 - ter convidado a jantar em sua casa um membro do M.P.L.A.;
- 3 - ter enviado a outra pessoa vivendo em Angola um sobrescrito contendo papéis do M.P.L.A..

Era ainda acusada de pertencer ao Partido Comunista Português.

Nem o sobrescrito nem os papéis foram apresentados em Tribunal, mas isso não teve qualquer relevância no processo. Julieta Gandra não escondia a sua simpatia pela luta dos angolanos, e isso bastava.

Julgada com 6 outros presos políticos em Tribunal Militar, em Luanda, privada de advogado de defesa - o seu fora detido em Lisboa quando se preparava para embarcar para Luanda - foi condenada a 12 meses de prisão.

O Ministério Público recorreu da sentença e conseguiu o seu agravamento para dois anos de prisão maior e medidas de segurança de 6 meses a três anos. Julieta Gandra recorreu por sua vez, mas o novo julgamento, realizado em Lisboa, viria a aumentar ainda a sua pena, desta feita para 4 anos de prisão maior e medidas de segurança de seis meses a três anos.

Em 1964, Julieta Gandra encontrava-se a cumprir pena em Caxias. Sofria de úlcera gástrica, estava muito debilitada e família e amigos temiam pela sua vida.

Foi nestas circunstâncias que a Amnistia Internacional decidiu escolhê-la como "prisioneira do ano", depois de o Grupo de West Bristol a ter adoptado em 1962.

Embora tenha sido precisamente a situação política portuguesa a inspirar acriação da Amnistia Internacional, em 1961, o primeiro "Prisioneiro do Ano", escolhido no

ano seguinte, fora um Paquistanês, Abdul Ghaffar Khan, e o segundo um sindicalista alemão preso na Alemanha de Leste, Heinz Brandt.

A escolha da médica portuguesa foi um alerta para a situação de privação de direitos humanos vivida também em países do chamado "Mundo Livre" - "porque nenhum outro país ocidental desfigura a face da liberdade tanto quanto Portugal". Segundo a Amnistia Internacional, "não seria possível encontrar exemplo mais claro de um ser humano que, dedicando-se a um trabalho pacífico e nunca tendo praticado ou defendido o uso de violência, fora sujeito à brutalidade arbitrária do Estado pelas suas opiniões e convicções" - a definição mesma de "prisioneiro de consciência".

Tal como acontecera com Abdul Ghaffar Khan e Heinz Brandt, Julieta Gandra saiu em liberdade pouco tempo após ter sido escolhida pela Amnistia Internacional como "Prisioneira de Consciência de 1964" - sendo lícito admitir que a intervenção da Amnistia Internacional, com a sua insistência em verificar as condições de detenção e saúde da médica portuguesa a sua pressão sobre o governo de Salazar, tenha precipitado a sua libertação,

By Diana Andringa in "Uma Conspiração de Esperança"

Publicada por Amnistia Internacional - Núcleo de Almada em [Segunda-feira, Junho 04, 2007](#)